

## **CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO**

### **Distritos e Aglomerados Rurais de Buritizeiro - MG**

Amanda Alves Maciel Rocha<sup>1</sup>

#### **Resumo**

A lógica capitalista, sempre acompanhada da ideologia moderna ocidental e da globalização neoliberal, gera consequências menos ou mais perversas aos lugares onde atravessa. Em determinadas regiões, algumas das consequências deste processo são as expropriações de pessoas, o cerceamento de modos de vida e a crescente restrição na autonomia dos sujeitos locais para a atuação e direcionamento de diretrizes em seus próprios territórios. As denominadas áreas rurais, quando vistas como interessantes ao capital, sofrem com as práticas intensivas e homogeneizantes de modernização do campo, e quando pouco interessantes, são negligenciadas e colocadas à margem dos processos econômicos e políticos. Diante das atuais atuações articulações entre o Instituto Rondon Minas, a Fundação Caio Martins e a Prefeitura Municipal no município de Buritizeiro, este trabalho busca compreender os processos históricos e as diversas realidade presentes em Buritizeiro como forma de apontar caminhos que auxiliem as futuras diretrizes e projetos que vem sendo pensados para o município.

**Palavras-chave:** políticas de escala, modos de vida, território, (des)colonização.

#### **Introdução**

A articulação de *política de escalas*, entendida como a articulação de ações e agentes que operam com magnitudes e alcances distintos com o objetivo de potencializar efeitos, diminuir impactos e ampliar esferas de influência propiciando sinergias políticas, tem sido uma estratégia cada vez mais procurada por sujeitos que atuam em causas sociais (SOUZA, 2015). A recente atuação do Instituto Rondon junto a Fundação Caio Martins, com o apoio da Prefeitura Municipal de Buritizeiro e em articulação com gestores e lideranças do município, tem se mostrado uma potencial aliança em prol das causas locais. Diante disto, este trabalho buscar busca compreender os processos históricos e as diversas realidade presentes em Buritizeiro como forma de apontar caminhos que auxiliem as futuras diretrizes e projetos que vem sendo pensados para o município.<sup>2</sup>

---

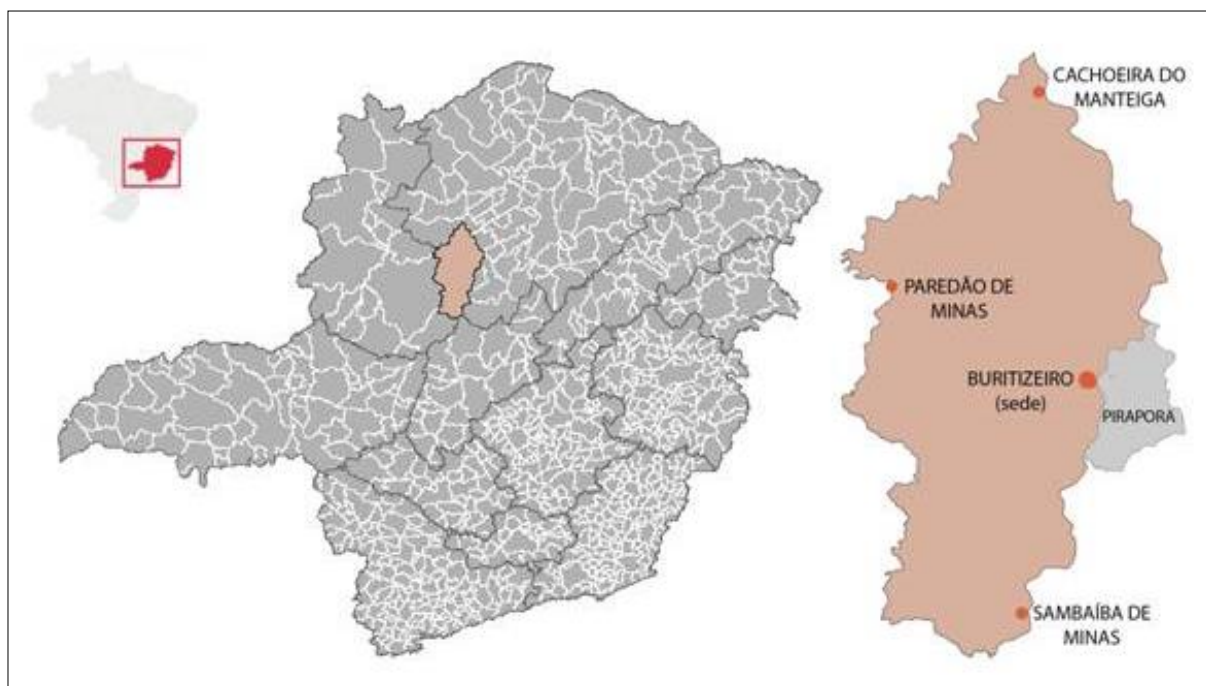
<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, amandamaciel.urb@gmail.com

<sup>2</sup> O município de Buritizeiro tem sido *locus* de minhas pesquisas desde 2013, quando iniciei o projeto de monografia, com foco nos aglomerados rurais, defendido na Escola de Arquitetura da UFMG. As referências, dados e entrevistas presentes neste trabalho são fruto de inserções em campo, pesquisas bibliográficas e reflexões realizadas desde então. Em julho deste ano, atuei como coordenadora na primeira intervenção Rondon Minas em Buritizeiro. Além disso, também neste ano, articulei parcerias entre a Fundação Caio Martins (FUCAM) e o programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, no qual me encontro vinculada. A parceria com a FUCAM se deu através de apoio financeiro para realização de trabalhos de campo em Buritizeiro, além de possibilitar a integração dos pós-graduandos em atividades desenvolvidas junto aos alunos e professores da

## A Formação de Buritizeiro

O município de Buritizeiro situa-se na região norte do estado de Minas Gerais, na margem esquerda do Rio São Francisco. De acordo com o IBGE<sup>3</sup>, é o 5º maior município em extensão do Estado, com 7.218 km<sup>2</sup>, onde se estima, atualmente, uma população de 28.335 habitantes (IBGE, 2016, 2017).

O histórico da formação político-administrativa de Buritizeiro, assim como das políticas de desenvolvimento implementadas, oferecem indícios importantes para a compreensão das atuais dinâmicas da região. O ser emancipado de Pirapora, Buritizeiro foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 2.764, de 30 dezembro de 1962. Nesta reconfiguração, o novo município passou a contar com a sede e dois distritos: Cachoeira do Manteiga e Paredão de Minas. Em 1995, pela Lei Municipal n.º 793, de 11 de julho de 1997, foi criado o distrito Sambaíba de Minas (BURITIZEIRO, 2009).

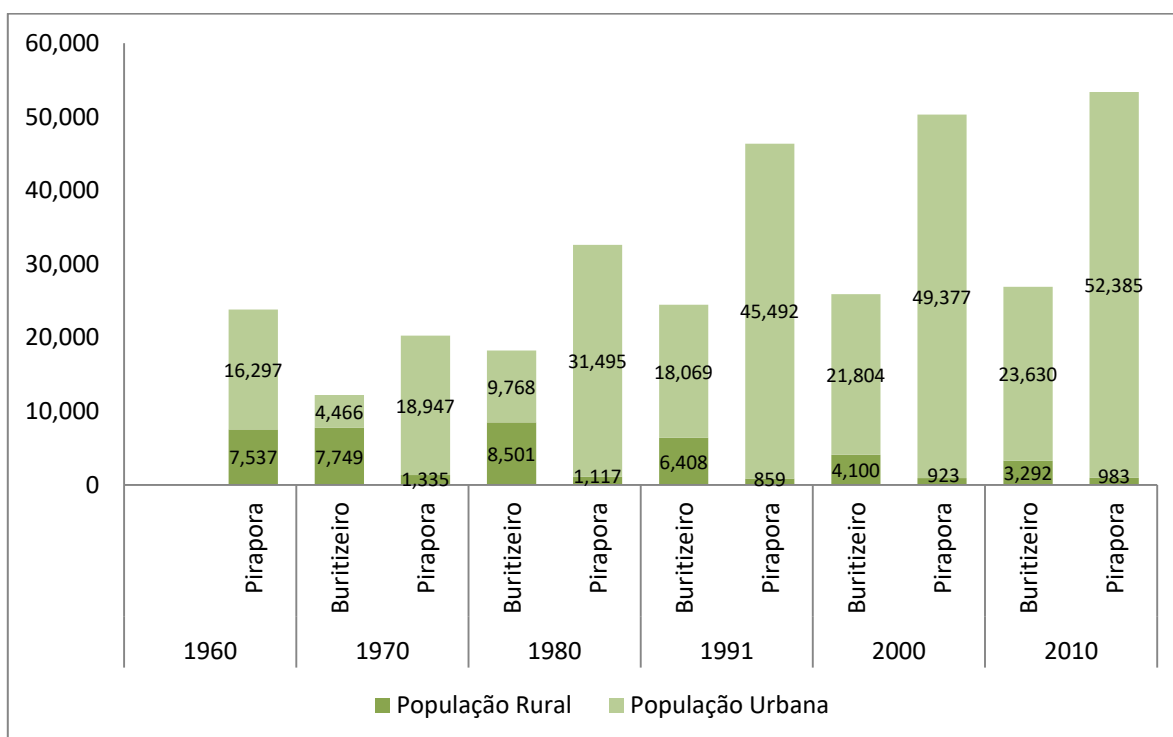


**Figura 1: Município de Buritizeiro – MG.**

Fundação. Portanto, a proposta deste trabalho está diretamente ligada às minhas variadas inserções e atuações no município de Buritizeiro.

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O reordenamento territorial de 1962 agregou praticamente toda área rural, que antes pertencia à Pirapora, ao novo município de Buritizeiro, que na contramão das dinâmicas territoriais e demográficas dos municípios brasileiros, passou a contar com 63% (7.749 habitantes) de sua população total vivendo na área rural (IBGE, 2010). Até a década de 80, a população rural de Buritizeiro cresceu cerca de 10% se comparada aos dados do Censo IBGE de 1970, porém, após este período, o declínio do número de habitantes da área rural se deu a passos largos.



**Figura 2: Relação da população urbana e rural de Buritizeiro e Pirapora (1960-2010). IBGE, 2010**

O reordenamento que promove Buritizeiro à categoria de município veio acompanhado da forte dicotomia “urbano x rural” que balizava – e ainda baliza – as políticas públicas e a definição das categorias territoriais oficiais. Em um momento de intenso crescimento das populações urbanas no Brasil, quando o discurso político e econômico dominante direcionava sua atenção à urbanização e incentivava modos de produção urbano-industriais capazes de sustentar as demandas dos grandes centros urbanos, Buritizeiro surge no cenário nacional com um pequeno núcleo “urbano” – carente de infraestrutura e desinteressante aos grandes empreendedores urbanos – e uma extensa área “rural” – pouco

adensada e com mais da metade da população residindo em pequenas aglomerações espalhadas por todo território. Esta configuração foi conveniente às políticas desenvolvimentistas que, à época, definiram os “celeiros” e “vazios” entendidos como fundamentais ao crescimento do país.

A partir da década de 70, os governos estadual e federal articularam políticas de desenvolvimento através da SUDENE<sup>4</sup> e do PMDES<sup>5</sup>, cujas diretrizes buscavam incentivar modos de produção urbano-industriais na região norte de Minas Gerais para atender as demandas por matéria prima e energia de complexos siderúrgicos e metalúrgicos do estado. Neste processo, além das propriedades vendidas às grandes empresas, várias famílias rurais que ocupavam áreas devolutas foram expropriadas à medida que suas terras eram concedidas pelo Estado às empresas inseridas nas políticas de modernização do campo (LASCHEFSKI, 2011). Dentre as produções agrícolas modernas implantadas em Buritizeiro, as monoculturas de eucalipto destinadas à produção de carvão vegetal são as que mais se destacam<sup>6</sup>.

Em 2010, estimou-se que apenas 12% (3.292 habitantes) da população do município residiam na área rural, dados que indicam o crescimento da imigração na região nos últimos trinta anos. As relações entre as perdas demográficas, as políticas de desenvolvimento, a introdução de uma lógica capitalizada dos modos de produção e o abalo das estruturas sociais, são claramente identificadas no processo histórico narrado, em 2015, pelo morador do distrito Paredão de Minas (ROCHA, 2016, p.380):

Entrevistadora: O senhor cria animais, tem plantação?

Morador: [...] Hoje as coisas aqui estão se complicando, a gente não planta mais igual plantava, mas aqui nós já vivemos do sustento daqui do Paredão [...].

Entrevistadora: Porque o senhor acha que o pessoal foi parando de plantar, de cultivar e começou a comprar?

Morador: A maioria das coisas é tudo compradas na cidade, inclusive o leite e os ovos, entendeu? Porque nunca imaginei que ia chegar a este ponto, de você trazer ovos da cidade, o leite. A história é bem longa, veja bem. O próprio governo, sistema político do Brasil, leva... Na época, em 1970, foi quando surgiu o reflorestamento. Quê que o governo fez? Ele aumentou a poupança de uma forma

<sup>4</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>5</sup> Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>6</sup> Segundo Relatório de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, publicado pelo IBGE, “o principal estado produtor de carvão da silvicultura é Minas Gerais. Em 2002, Minas Gerais produziu 1.484.921 toneladas, ou cerca de 74% do total nacional (2.000.266t). Os principais municípios produtores no estado foram: Buritizeiro (93.996 t), Rio Pardo de Minas (85.970t), Itamarandiba (85.652t), João Pinheiro (73.725t) e Três Marias (62.806t).” IBGE, 2003.

que incentivou que todo mundo que vendesse suas terras, porque ele queria que as firmas entrassem no Brasil, fazer o que fez, incentivou os fazendeiros a vender as terras e por dinheiro na poupança, que dinheiro na poupança era muito melhor que criar gado. [...] Quê que aconteceu na época? Todo mundo foi vendendo as propriedades, quem produzia pouco, e foi por dinheiro no banco, foi pras capitais, igual Belo Horizonte, e querer viver de juros de banco. [...] Com isso as firmas tomaram conta praticamente do Brasil, a maioria daqui pra Buritizeiro quase tudo é firma, em volta de Pirapora, daqui de Belo Horizonte, cê vai ver, tudo é empresa grande... isso foi incentivo do governo. Então o governo fez isso porque ele precisava da verba, uma troca que ele queria fazer com os empresários, a corda só quebra do lado mais fraco, então com isso enfraqueceu a nossa região, que os pequenos fazendeiros foram tudo embora. Já teve fazendeiro aqui na nossa região de ter duas mil hectares em terra, e os filhos tão pobres. Por quê? Porque eles venderam o que eles sabiam fazer.

### **Atuação de Instituições e articulação de políticas em Buritizeiro**

Em prol de causas sociais e ambientais, instituições governamentais e não governamentais têm se articulado e planejado atuações no município de Buritizeiro. Em abril de 2017 foi confirmada uma parceria entre o Instituto Rondon Minas, a Fundação Caio Martins – que conta com uma de suas sedes em Buritizeiro – e a Prefeitura Municipal de Buritizeiro para uma atuação durante dois anos em tal município, sendo a primeira intitulada “Diagnóstico Rápido Participativo”<sup>7</sup>, realizada em julho de 2017. O Instituto Rondon Minas é uma organização não governamental do terceiro setor que atua desde 2005 com empreendedorismo social e voluntariado em várias temáticas. Segundo informações da própria ONG, o Instituto elabora e executa projetos de cunho social com equipes multidisciplinares e promove a extensão do conhecimento técnico e científico. Através de suas ações, busca incentivar a sociedade civil a ser corresponsável pelos problemas sociais e mobiliza atores sociais: técnicos, estudantes e comunidade em geral para maior engajamento, além de colaborar para a formação técnica e humana dos colaboradores e comunidades envolvidas. O Rondon tem como foco intervenções sociais em comunidades que apresentem demandas de trabalhos sociais, com execução de ações para o desenvolvimento local, sendo a proposta atender todos os públicos nas comunidades e, além disso, realizar trocas e capacitações com a sociedade civil organizada, poder público e demais parceiros. (RONDON,

<sup>7</sup> “Diagnóstico Participativo é um método utilizado para fazer levantamento da realidade local. Este levantamento é feito com a participação das lideranças locais, ou por qualquer outro integrante de um grupo definido, deve conter os principais problemas da localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional). O Diagnóstico Participativo deve captar também as potencialidades locais, ou seja, as vocações e as vantagens da localidade em relação a outros lugares.” (CERQUEIRA, 2015)

2017). A Fundação Caio Martins – FUCAM, órgão vinculado a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, está reordenando-se com o objetivo de possibilitar maiores oportunidades aos alunos, suas famílias, comunidades tradicionais e populações socialmente vulneráveis do território de abrangência das suas sedes a partir de quatro eixos: assistência social, educação, trabalho e renda, e cultura. Desta forma, a FUCAM pretende ser um polo de execução intersetorial de ações compartilhadas de serviços e programas destas políticas públicas. (FUCAM, 2017).

Por serem questões emergentes e claramente identificáveis nas narrativas dos sujeitos locais, e também por isso, se apresentarem como eixos focais das políticas institucionais e governamentais que atuam na região, este estudo se dirige a compreender o contexto histórico de duas problemáticas: a falta de emprego e a degradação ambiental em Buritizeiro.

### **Usurpação de terras e a proletarização do trabalho no campo**

A ocupação e privatização de terras por empresas no município de Buritizeiro se deu, principalmente, de duas formas: através do incentivo da venda de pequenas propriedades rurais, como descrito pelo morador do distrito Paredão de Minas, e através da expropriação de famílias que ocupavam terras devolutas que foram, progressivamente, concedidas pelo Estado às empresas de modernização do campo<sup>8</sup>.

Um breve histórico sobre as terras devolutas é essencial para o entendimento do que hoje podemos chamar de *neocolonialismo*. A origem das terras devolutas no Brasil está no período colonial, quando a Coroa Portuguesa adotou o sistema de Capitanias Hereditárias, segundo o regime das Sesmarias, para se apropriar do território brasileiro. Este sistema, fundado e articulado com base em favoritismos e privilégios, promovia a concessão de porções de terras brasileiras a uma elite portuguesa destinada a demarcar e cultivar as terras da colônia, cuja posse continuava nas mãos da Coroa. Em 1850, com a criação da Lei de Terras<sup>9</sup>, as terras concedidas no período colonial, assim como as ocupadas sem autorização, são regularizadas através de documentos de posse, sendo as terras devolutas aquelas não concedidas nem ocupadas até o momento, consideradas então, bens públicos.

<sup>8</sup> O contexto histórico da expropriação de famílias que ocupavam terras devolutas foi abordado durante entrevista aberta com representantes do Sindicato Rural de Buritizeiro, realizada em julho de 2017, durante o trabalho de campo da equipe Rondon Minas.

<sup>9</sup> Lei n. 601 de 1850.

Ao relacionar os primórdios da questão fundiária brasileira com os atuais processos de usurpação de terras, sabiamente definido pelo morador como “uma troca que ele (governo) queria fazer com os empresários”, percebe-se que, ainda hoje, “a corda só quebra do lado mais fraco” (Morador de Paredão de Minas, entrevista; ROCHA, 2016, p. 380). Mesmo com o fim do período colonial, o colonialismo continua presente através da *colonialidade* (QUIJANO, 1997) que se perpetua nas mais diversas formas de dominação econômica, social, cultural e política, instituindo assim, o *neocolonialismo*.

Concomitante às novas formas de domínio da terra, a capitalização dos modos de produção e a proletarização do trabalho no campo abalam de forma irreversível as lógicas sociais locais. Com a chegada das grandes empresas nas áreas rurais, parte da população residente foi incorporada como mão de obra, deixando de ser pequenos produtores para se tornarem trabalhadores assalariados. A produção, antes baseada na economia de troca, foi substituída pela economia de mercado. A partir disso, a dependência da população rural em relação aos postos de trabalho oferecidos pelas grandes empresas tornou-se cada vez maior. Sob domínio das empresas, as terras mais férteis foram destinadas às produções intensivas que contam com tecnologia suficiente para atender às demandas do mercado. As técnicas tradicionais de produção agrícola passam a não atender as demandas, agora definidas pelas lógicas produtivas de mercado. Desta forma, à medida que o meio ambiente se degrada e os recursos se esgotam, as empresas que chegaram aos lugares e incorporaram pequenos produtores como “mão de obra assalariada”, agora saem dos territórios e deixam para trás inúmeros desempregados.

### **Vulnerabilidade ambiental e social**

Ao estudar os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro, fica claro como a vulnerabilidade ambiental caminha junto à vulnerabilidade social. Um dos motivos desta convergência pode ser explicado, em parte, pela saída das grandes empresas monocultoras – que ofertam empregos e subempregos aos moradores das áreas rurais – após o esgotamento de recursos causado por desmatamentos e pelo uso intensivo do solo e dos recursos hídricos. Quando a área não oferece mais condições ambientais para atender às demandas de produção do mercado, tais empresas se retiram dos territórios sem qualquer planejamento para mitigar os impactos sociais e ambientais gerados (se é que existe algum planejamento que dê conta de mitigar tais impactos). Com a saída das empresas, os impactos ambientais – antes ofuscados

pela possibilidade da segurança ofertada pelo trabalho assalariado – começam a aparecer. Neste momento, as tentativas de retomada de modos de vida tradicionais aparecem como um *tradicionalismo do desespero*<sup>10</sup> diante da degradação ambiental e da corrosão das bases sociais. Percebe-se a escassez da água, a erosão do solo, o desaparecimento de espécies da fauna e da flora. As formas de produção coletivas e comunitárias, em esquemas de mutirão e trocas, por exemplo, já foram atropeladas pela lógica individualista da mercantilização e do trabalho assalariado.

A vulnerabilidade social, portanto, se manifesta não somente através da “falta de emprego”, mas também através de constatação, pelos próprios grupos, de que elementos constitutivos da base social e de suas identidades foram abalados de forma irreversível. Nestas condições, os sujeitos ficam no “limbo” entre não estarem preparados para enfrentar o mercado de trabalho e a vida urbana, e também não encontrarem condições de retomada de uma vida digna no campo.

Hoje cê chega lá, cê não vê um viado, uma ema, nenhum, nada, nada, nada, nada, cê entendeu? Não vê uma onça as vez andando, qualquer uma coisa assim, qualquer um animal, uma anta [aqui na região tem muita anta], cê entendeu? Um caititu, capivara, cê entendeu? Hoje em dia cê só vê é pau de eucalipto. Me dá uma tristeza rapaz, quem conhece. Cê chega lá na sede, nas fazendas do pessoal, parecia uma vila [...], tinha escola, posto de saúde, tudo. [...] E hoje cê só vê pau plantado, até no terreiro das casa eles plantam eucalipto. Dá uma tristeza. Não enche mais, secaram as lagoas... por isso que as águas tão acabando. (ROCHA, 2015)

## Os desafios das políticas multiescalares para construção de práticas emancipatórias

Com todas as especificidades e diferenças de contexto, Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, ao investigarem as transformações da sociedade rural argelina entre os anos de 1955 e 1962, apontam consequências similares àquelas observadas nas localidades rurais de Buritizeiro:

Com mais incertezas do que nunca em relação ao futuro, o *fellah*<sup>11</sup> assume atitudes cada vez mais inspiradas pela busca da maior segurança possível; quanto mais o presente lhe foge, mais o *fellah* se agarra a ele, sacrificando todas as atividades que tenham implicações a longo prazo em troca da satisfação direta das suas

<sup>10</sup> “Assim, no lugar de um tradicionalismo tradicional adequado a uma sociedade fortemente integrada e baseada numa economia relativamente equilibrada, surge um *tradicionalismo do desespero*, inseparável de uma economia de sobrevivência e de uma sociedade desintegrada e apropriada por subproletários presos a um passado que sabem estar morto e enterrado.” (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.46).

<sup>11</sup> Denominação para camponeses da Argélia.



necessidades imediatas. Para os mais pobres, a providencial previdência, que a tradição exigia, acabou. Uma vez rompidos os equilíbrios tradicionais, se vê desaparecer, juntamente com o mínimo de garantias que o tornava possível, o esforço para se proteger do futuro. Sabendo que, independentemente do que faça, não será capaz de superar esse estado de coisas, o *fellah* resigna-se a viver um dia de cada vez recorrendo a empréstimos, juntando ao dinheiro que ganha na sua terra o extra recebido por alguns dias de trabalho nas terras dos colonos. Esta improvidência forçada é a expressão de uma total falta de confiança no amanhã, que condena o *fellah* à capitulação fatalista. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.45).

A inserção da lógica capitalista moderna em territórios que antes determinavam seus modos de vida sobre outros parâmetros gera o que talvez seja o maior desafio dos que se dispõem a confrontar formas de poder hegemônicas: as contradições. Os processos de trocas, negociações, assimilações e resistências que ocorrem nas fronteiras de contato da tradição e da modernidade ocidental constroem sujeitos com discursos contraditórios e ambivalentes.

Novas lógicas são assimiladas, porém, não por completo; a resistência pode se ocultar atrás de práticas que, a primeira vista, parecem corroborar com a lógica hegemônica; o que foi imposto ou negociado, nem sempre se manifesta de forma distinta e clara; os anseios por uma vida moderna, com acesso às infraestruturas urbanas e a bens de consumo capitalizados habitam o mesmo sujeito que não consegue se imaginar vivendo longe do rio que passa atrás de casa.

*O sistema colonial sobrevive à medida que as contradições que deixa para trás não são efetivamente ultrapassadas, o que supõe que elas devam ser apreendidas e enfrentadas enquanto tais. Ora, a lógica da descolonização (negação que transporta consigo a marca daquilo que nega) leva a pequena-burguesia de burocratas a negar magicamente, como fantasmas envergonhados do colonialismo defunto, as contradições do real, mais do que a esforçar-se para ultrapassá-las graças a uma ação orientada por um conhecimento apropriado do real. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.54).*

Descolonizar o pensamento e apreender as contradições, ao invés de negá-las, é essencial para se pensar em práticas que de fato corroborem para a emancipação social. Segundo Cássio Hissa (2006, p.141), emancipar é um verbo que caracteriza uma “situação de liberdade e de independência”, e a emancipação um “passo no sentido da construção de liberdades, [...] um ato que envolve relações, interdependências”. Quando nos voltamos para a sociedade e suas práticas, é inevitável pensarmos nas relações de interdependência estabelecidas entre os sujeitos, o que torna a compreensão da interdependência inerente à compreensão dos ambientes solidários, pois “não há liberdade sem um movimento na direção

do outro” (HISSA, 2016, p.144). Ou seja, para se pensar em liberdade e emancipação deve-se ter em conta não só os indivíduos como também o contexto social em que vivem, de forma a compreender como se dão as interlocuções entre diferentes sujeitos com interesses e atuações variadas.

Não são poucas e incomuns as intervenções e políticas que, de forma rasa e precipitada, partem de abordagens essencialistas e idealizadoras dos camponeses. Projetos que visam, em nome de uma suposta sustentabilidade ambiental e valorização dos modos de vida tradicionais, criar estratégias de “fixação” dos moradores nas áreas rurais, por exemplo, podem corroborar com a mesma lógica colonialista, impositiva e dominadora. Acusar os moradores das áreas rurais de degradarem o meio ambiente sem antes investigar e considerar as origens e a construção das práticas, assim como defender a todo custo a ideia de “sinergia” entre o ecossistema e as formas tradicionais de produção e manejo, são formas cômodas que se negam a perceber as ambivalências dos discursos e das práticas. Incentivar a retomada de modos de vida tradicionais ignorando todo um processo de histórico marcado por contatos, negociações, assimilações e resistências frente à lógica capitalista moderna, é tratar a questão de forma fragmentada. Mesmo propostas que, a primeira vista, parecem contribuir para a construção de práticas contra-hegemônicas – como, por exemplo, o incentivo à formação de cooperativas e economias de troca – podem cair na armadilha do *socialismo autoritário* que se aproveita das contradições dos processos de autogestão para impor uma administração burocrática e centralizadora. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.57)

### **Conflitos após institucionalização de Territórios: Assentamento São Francisco**

De acordo com a Lista das Associações Comunitárias da Zona Rural de Buritizeiro, disponibilizada pelo Sindicato Rural, o município conta com 6 assentamentos, 14 comunidades, 3 distritos, além de ocupações ribeirinhas, indígenas e quilombolas não regulamentadas pelo INCRA<sup>12</sup>. As realidades são diversas, assim como os conflitos. Para exemplificar tipos de abordagens rasas e fragmentadas que atravessam a origem de vários conflitos na região, trataremos o caso do Assentamento São Francisco, localizado em uma região com grande concentração de veredas.

---

<sup>12</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Os moradores do Assentamento São Francisco são recorrentemente acusados pela população e punidos por órgãos de fiscalização ambiental por cultivar nas áreas de veredas<sup>13</sup>, o que é visto como a principal causa da degradação das mesmas. Além disto, os assentados são vistos com desconfiança por venderem seus lotes e saírem do Assentamento. Estes argumentos geralmente são utilizados para deslegitimar causas fundiárias, promover medidas intervencionistas e justificar a intensa degradação ambiental da região.

Segundo estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal de Minas Gerais (MAGNO, 2012), cuja abordagem buscou compreender e considerar o processo histórico do Assentamento São Francisco, os conflitos da região estabelecem estreita relação com as políticas desenvolvimentistas dos anos 70 que incentivaram a entrada de grandes empresas nas áreas rurais de Buritizeiro.

A área onde hoje se encontra o assentamento, desde a década de 1970, esteve sob o domínio da empresa “Lança - assessoria, planejamento e administração S/A”, que plantava eucalipto para produzir carvão na região, e cujo mercado consumidor estava na RMBH (BRASIL, 1994). Nesse contexto, a área onde hoje se localiza o PA foi inteiramente desmatada para o plantio de eucalipto, sem respeitar APP's ou os subsistemas do cerrado, comprometendo drasticamente o meio ambiente e os recursos hídricos do local. Essa atividade monocultora, apesar do baixíssimo nível de absorção de mão de obra no processo produtivo (a maior demanda é na época do corte da madeira), exigia a presença contínua de alguns trabalhadores residindo dentro dos limites da área cultivada. Esses, além de prestarem serviços para a referida empresa, realizavam pequenos cultivos para subsistência nas veredas que ainda não tinham sido ocupadas pela monocultura. Esses trabalhadores eram veredeiros, vazanteiros, sertanejos e ribeirinhos (povos do cerrado) expropriados quando da introdução das monoculturas na região e que transitavam na busca de melhores condições de vida e trabalho, isto é, procuravam um “lugar” no norte de Minas para fincar raízes. E é o conjunto desses trabalhadores que origina a maioria dos assentados no PA São Francisco. (MAGNO, 2012, p.14)

Durante a crise da silvicultura na região, em meados dos anos 80, a empresa Lança abandonou a atividade e se retirou da região, deixando para trás várias irregularidades trabalhistas. Através de acordos informais, a empresa permitiu a permanência dos antigos trabalhadores nas terras, que passaram a desenvolver pequenas produções, atividades extrativistas e concentraram suas residências próximas às áreas de veredas. Com a degradação

---

<sup>13</sup> “A **Vereda** é a fitofisionomia com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* emergente, em meio a agrupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas. [...] A ocorrência de Vereda condiciona-se ao afloramento do lençol freático, decorrente de camadas de permeabilidade diferentes em áreas sedimentares do Cretáceo e Triássico (Azevedo, 1996). Elas exercem papel fundamental na manutenção da fauna do Cerrado, funcionando como local de pouso para avifauna, atuando como refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução também para a fauna terrestre e aquática (Carvalho, 1991).” (RIBEIRO; WALTER, 1998, p.129)

causada pelo uso intensivo do solo durante o plantio de eucaliptos, o “barro preto” das veredas era o que permitia o cultivo e a sobrevivência.

Esse cerrado nosso quando eu cheguei pra aqui, você pode assunta por aí, esse cerrado que tem ai num tinha nada. Quando nós chegamos pra aqui, isso aqui andava tudo vago, não tinha essas águas ai no barro (nas veredas). O que aconteceu, nós deixamos o “mato reformar”, porque deixamos? Porque isso ai que ajudas o “barro preto” ficar molhado, que ajuda as veredas é só o mato lá do cerrado. Porque tem que ter também, porque é de lá que vem alguma coisa pro povo daqui trabalhar. Nós sabemos que o cerrado que ajuda o “barro preto” ficar “moiado”. Porque que eu falo que as grandes indústrias tá acabando com esse “barro” bom de plantar, que eles eram tudo ao redor. As areias dos que usam mal o mato ao redor vêm tudo pro “barro” aqui, e eles falam que foi o trabalhador rural que acabo com ele, não é o trabalhador rural que faz isso não. Que nós trabalhamos ai em um hectare, dois hectares de terra, eu tenho aqui pelo menos dois ou três hectares de “barro preto”. Eu trabalho em um hectare, deixo ele respeita o tempo dele, aí vou pra outro. E assim vai, nunca faltou água aqui quando eu trabalhava assim. É desse jeito que a gente trabalha faz anos e nunca faltou água pra nós. Pode assunta aí. (A, assentado no PA São Francisco, pesquisa de campo, 2011) (MAGNO, 2012, p.18).

Em 1995, após anos de confronto dos posseiros com grileiros que chegavam à região alegando propriedade sobre as terras, formando pastos nas áreas de veredas e destruindo as pequenas produções dos que lá moravam, o INCRA assinou o decreto de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária. Apesar da conquista de posse sobre o território, a institucionalização da área abalou fortemente as bases sociais da comunidade.

[...] a área de 2.081,45 hectares foi dividida em 29 lotes que possuem, em média, 54 hectares cada um, em duas extensas áreas de reserva legal e também duas de uso comunitário; e em cada lote foi erguida uma residência que, de maneira geral, se encontra no centro da área. Esse processo reestruturou toda a dinâmica social da população local, determinando, inclusive, o fim de algumas delas como a do sistema de mutirão. (MAGNO, 2012, p.19)

Com um loteamento incompatível às dinâmicas do grupo, que concentravam suas casas próximas uma às outras, o planejamento territorial instituído pelo INCRA acabou por afetar as relações cotidianas e os modos de produção da comunidade.

A maioria do pessoal que tava aqui tinha pequenas áreas mais próximas da área onde hoje é a sede da associação, então todos eles faziam aquele rodízio, eles eram mais próximos, mais perto, então aceitavam esse “congressamento”. Então uns iam limpavam, preparavam o “barro”, plantava a roça de um e depois aqueles já iam pra roça do outro. Então juntava cinco ou seis pessoas e trabalhavam em grupos juntos. Hoje não, hoje tá se deslocado, um lote até o outro já é mais longe, tem gente que tá aqui no início do assentamento, e pra ir lá na sede da associação são 8km, pra ir ao

final do assentamento já é mais 15km, então ficou mais complicado essa questão, separou tudo aqui e isso não se faz mais (O, assentado no PA São Francisco, pesquisa de campo, 2011) (MAGNO, 2012, p.19).

Além dos impactos do desenho cartesiano proposto pelo loteamento, o início da atuação de órgãos de fiscalização ambiental após a regularização do assentamento gera uma série de conflitos. Com a demarcação das áreas de veredas como APP's<sup>14</sup> e a intensificação da fiscalização ambiental na região, os moradores passaram a ser penalizados com multas altíssimas. A proibição das antigas práticas de cultivo que utilizam as áreas de “barro preto”, somada aos endividamentos por acúmulo multas ambientais, se desdobra na impossibilidade de permanência e no abandono ou venda dos lotes pelos próprios assentados. Desta forma, o que a princípio pretendia reconhecer e assegurar direitos a um grupo marginalizado acabou se desdobrando no abalo das estruturas sociais e na migração dos assentados por impossibilidade de permanência no território.

### **Caminhos das políticas multiescalares para construção de práticas emancipatórias**

Os desafios são muitos. Em Buritizeiro, especificamente, a extensa área rural que abriga comunidades dispersas e com realidades múltiplas exige que novas formas de gestão descentralizadas sejam criadas junto às pessoas, e não para as pessoas. Para que as escalas locais sejam de fato inseridas na articulação das *políticas multiescalares*, é preciso que os sujeitos locais, que estabelecem relações cotidianas e vivenciam os territórios, tenham meios de transitar, falar por si e dialogar com os sujeitos externos que se propõe a atuar nas causas sociais da região.

As incompatibilidades entre os limites territoriais político-administrativos e as dinâmicas territoriais reais podem ser percebidas em várias situações, seja em macro escalas, quando analisamos as dinâmicas econômicas, sociais e culturais das regiões de fronteira entre países, ou em escalas menores, como os limites e categorias definidas a nível inter e intramunicipal. Parece certo que a rigidez dos critérios adotados para demarcações dos territórios oficiais não consegue abarcar a fluidez das dinâmicas territoriais, o que aparece como entrave para a articulação de políticas e para o planejamento territorial.

---

<sup>14</sup> Áreas de Preservação Permanente.

A análise das especificidades e do contexto histórico das incongruências territoriais em determinadas regiões se mostra fundamental para que se consiga pensar o território para além da dicotomia “urbano x rural” e dos limites político-administrativos. Em Buritizeiro, modos de vida tradicionais e modernos se interpenetram, se influenciam e por vezes se contradizem. Moradores da cidade, que em sua maioria migraram de áreas rurais próximas, apresentam traços de modos de vida tradicionais, conservam determinadas práticas e valores. Por sua vez, os moradores das áreas rurais, principalmente após a modernização e proletarianização do trabalho no campo, demandam serviços urbanos como agências bancárias, supermercados e transporte. A dicotomia “urbano x rural”, na qual ainda se baseia as políticas públicas, ofusca demandas de toda população. Além disso, as grandes distâncias que separam os distritos da sede, aliada às más condições das estradas e a ausência de transporte público regular, faz com que trocas econômicas, culturais e as relações sociais estabeleçam territorialidades que ultrapassam os limites oficiais do município. Desta forma, o fato de vários aglomerados rurais e distritos estarem mais próximos às cidades vizinhas do que da própria cidade de Buritizeiro, torna-se inviável planejar e dimensionar demandas por serviços e infraestrutura pensando somente na área do município. Por esta perspectiva, a chegada de instituições que atuam em escalas de maior alcance, como a Fundação Caio Martins e o Instituto Rondon Minas, pode auxiliar no deslocamento e na articulação das variadas escalas, passando pelo local, regional e global.

Porém, diante dos perigos vindos com as atuações externas, como a articulação de instituições e gestores com escalas de atuação variadas poderá se configurar e atuar em prol de causas locais permeadas por ambivalências e contradições?

Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad apontam a ação educativa dialógica como o principal caminho para se conseguir ultrapassar as contradições, ao invés de negá-las. Além disso, os autores propõem uma crítica pertinente quanto à necessidade de revisão do pensamento e das práticas das próprias elites revolucionárias que se envolvem em causas sociais.

Só uma ação educativa, inclusiva e total, pode ultrapassar as contradições sem as negar magicamente pela conciliação fictícia dos contrários. Essa ação supõe, em primeiro lugar, uma definição clara e realista dos fins perseguidos – em suma, uma teoria sistemática da realidade econômica e social, fundamento de um programa metódico e progressivo. Mas a tarefa de cada educador particular não pode deixar-se definir pela letra de um regulamento que prevê todos os casos particulares: em uma situação revolucionária, o educador deve criar, dia-a-dia, o conteúdo e a forma da sua ação prática (quer dizer, de incitação e de organização) e a sua formação prévia

deve fornecer-lhe primordialmente os meios de operar essa criação contínua. A especificidade da ação educativa, na sua forma ideal, é precisamente a de se adaptar às aptidões e expectativas daqueles que procura elevar e transformar, portanto de conhecê-los e respeitá-los; de definir, em cada caso, um sistema de exigências ajustadas a essas aptidões e expectativas, assim como à sua transformação sob a influência da ação educativa [...]. Se as elites revolucionárias quiserem cumprir essa tarefa é, seguramente, delas próprias que deverão exigir tais virtudes excepcionais que, hoje, elas esperam dos camponeses e, muito freqüentemente, apenas deles. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.59).

Sandra Regina Almeida (2010, p.16), autora do prefácio da obra *Pode o Subalterno Falar?*, de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), relembra a crítica da autora quanto ao intelectual que julga poder falar e construir um discurso de resistência pelo outro. Segundo ALMEIDA (2010, p.16), Spivak afirma que é preciso questionar o lugar de onde se teoriza, sendo a tarefa do intelectual pós-colonial a de “criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido”.

A articulação de políticas envolvendo sujeitos com alcances, discursos e escalas de atuação variadas rumo à construção de práticas emancipatórias exige, portanto, que se descolonize o pensamento. Questionar o lugar de fala e os processos de construções dos próprios discursos, assim como adotar uma postura dialógica que não negue contradições e ambivalências, seja, talvez, os principais desafios dos ativistas e intelectuais dispostos a trabalhar contra a subalternidade.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **A dominação colonial e o saber cultural.** Curitiba: Revista de Sociologia Política, nº 26, p. 41- 60, 2006.

BURITIZEIRO, Prefeitura Municipal, 2009. In: IBGE. **Cidades: Buritizeiro.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/historico>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

CERQUEIRA, Luciano . **Guia do Diagnóstico Participativo.** Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2015.

FUCAM. **Fundação Caio Martins,** 2017. Disponível em: <http://www.fucam.mg.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2017.

HISSA, Cássio E. Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade.** 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comunicação Social. **Relatório de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. IBGE, 2003. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acesso em: 25 de setembro 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área da Unidade Territorial**. IBGE, 2016

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiras em 01.07.2017**. IBGE, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico: População urbana e rural nos Censos Demográficos (1960-2010), segundo municípios**. IBGE, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MAGNO, Lucas; SOUSA, Júnia Marise Matos de; TORRES, Alex Fabiani de Brito. **Conflito ambiental no assentamento São Francisco, em Buritizeiro-MG: o desencontro entre o direito a terra e a conservação da natureza**. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, vol. 9, nº 9, 1997.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. **Fitofisionomias do bioma Cerrado**. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (ed.). Cerrado: ambiente e flora. Brasília, Embrapa Cerrados, 1998.

ROCHA, Amanda A. Maciel. **Entrevistas com moradores de Paredão de Minas**. Buritizeiro: n.p., 2015. Áudio.

ROCHA, Amanda A. Maciel. **Paredão de Minas: análise do espaço-tempo e do desenvolvimento como liberdade**. In: V Simpósio do Instituto de Ciências Sociais - PUC/MG, 2016, Belo Horizonte. Meio Ambiente e Direito à Vida: Premências, Sentido e Práticas. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica - MG, 2016.

RONDON. **Instituto Rondon Minas**, 2017. Disponível em: <https://rondonminas.wordpress.com>. Acesso em 12 de maio de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.